

**Sujeitos e Contextos:**  
**Conflitos intra classe na construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870 – 1933.**

ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA\*

Ainda que todas as cidades sejam “facetas de Veneza”, como concluiu Marco Pólo ao final das “*Cidades Invisíveis*” (CALVINO:1990), cada uma possui a sua especificidade. Consequentemente, sua própria História.

Lógico está que os documentos através dos quais os historiadores são capazes de compreender o passado ampliaram-se a olhos vistos desde a Revolução metodológica dos Annales em 1929. Da mesma maneira, ampliaram-se as temáticas. Por isso, podemos nos lançar às cidades com o afã das narrativas de Pólo ao Grande Kam. Pois as cidades são *temas* e, ao mesmo tempo, *documentos* legítimos; pois toda cidade é como “Zaíra”, que *contém* seu próprio passado,

(…) como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p.15).

Entretanto, as cidades não se “contam”. A urdidura sócio-cultural que deu origem aos lugares citadinos e à “memória urbana” que se depreende deles precisa ser decifrada. E decifrá-la, é claro, compete ao historiador que se dispõe a pesquisar a *história da cultura*.

Dos muitos enigmas que permeiam as muitas cidades de Minas Gerais, elegemos os enigmas de *Patos* para decifrar. Mais especificamente, escolhemos decifrar a construção material e simbólica da sua paisagem urbana, entre 1870 e 1933. Iniciamos em 1870 porque este é tanto o ano de escrita do primeiro Código de Posturas da *Vila de Santo Antônio dos Patos*, quanto o ano em que foi oficializado o movimento republicano no Brasil. Fechamos em 1933, pois foi naquele ano que faleceu o

---

\* Universidade Federal de Uberlândia. Mestre e Doutoranda em História e Cultura.

responsável intelectual pela modernização urbana de Patos: o republicano patense Olegário Dias Maciel.

Localizada no intervalo entre a região do Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, Patos de Minas possui uma configuração urbana no mínimo intrigante.

Seu “cartão postal” é a Avenida Getúlio Vargas, intervenção localizada no princípio do período republicano, em tudo semelhante às avenidas abertas durante a República.

Em princípio chamada de “Avenida Municipal”, a Getúlio Vargas é formada por duas largas faixas que atravessam de ponta a ponta o centro da cidade.

A avenida Getúlio Vargas estende-se ao longo de sete quadras, além da Praça Dom Eduardo composta por mais três quadras. As quadras centrais, de formato retangular, se dispõem em formato de canteiros diferenciados entre si, compondo “praças” com arborização, paisagismo e mobiliário urbano.

Considerada cartão postal da cidade, palco de comemorações, atrações, manifestações festivas, cívicas e religiosas, além de abrigar edifícios de interesse arquitetônico e histórico, a Avenida é testemunha da história da população patense. (BORGES, 2008, p.3).

Já sabemos que a configuração urbana descrita acima, não é novidade para as cidades do interior. Trata-se do que Murilo Marx (1991) chamou de “laicização do espaço urbano” quando, a partir de 1870, a racionalidade política e econômica substituiu a referência religiosa e pessoal da paisagem citadina, alcançando tanto os grandes centros quanto o interior do Brasil.

Porém, a Avenida Getúlio Vargas de Patos de Minas abriga *ao mesmo tempo* duas configurações urbanas completamente diferentes: a “antiga”, do início do século XIX, que deu origem ao município e a “moderna”, do final do mesmo século.

As três quadras iniciais da Avenida Getúlio Vargas são os vestígios do Largo da Matriz de Santo Antônio. Embora a matriz não exista mais, está referenciada no conjunto por dois monumentos: o Cruzeiro e o Monumento do Centenário.

O atual conjunto paisagístico, denominado de *Praça Dom Eduardo*, está no centro no núcleo original de povoamento, localizado ao norte. Fazem parte dele ruas estreitas e curvas que conduzem a travessas e becos; nitidamente “semeadas” à moda lusitana de povoar. Ao mesmo tempo, os edifícios mais antigos e característicos da área

são todos em estilo colonial, construídos a réis do chão, com altas janelas e portas retangulares. São exemplos, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, localizada hoje na Praça Juquinha Caixeta, e os casarões do Dr. João Borges e do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz.

A configuração urbana descrita acima se estende até a “Travessa dos Queiroz”, localizada atrás da Catedral de Santo Antônio, edificação erguida entre 1930 e 1954. A Catedral, o maior e mais imponente edifício religioso da cidade, *demarca* a passagem para o outro extremo da Avenida Getúlio Vargas: indo na direção *sul*, estende-se a parte moderna, planejada, com o traçado urbano em forma de tabuleiro, tal qual Belo Horizonte e a sua inspiração, a argentina La Plata: ruas largas, em plano ortogonal, atravessadas em diagonal pela avenida e, ainda, pelas ruas Major Gote e Doutor Marcolino.

Semelhante à Avenida da Liberdade, em Belo Horizonte, a Getúlio Vargas – *depois* da Catedral de Santo Antônio – também é margeada por imponentes edifícios, públicos e particulares, construídos de acordo com o mais republicano dos estilos: o eclético. Foi ali que se concentraram, no alvorecer da República, os símbolos do poder e de uma nova urbanidade.

Assim, ao contrário da São Paulo do café que foi erguida *sobre* os escombros da São Paulo de taipa; da apoteótica reforma do Rio de Janeiro que “rasgou” a paisagem colonial para abrir largas e salubres avenidas; ao contrário mesmo de Belo Horizonte, uma espécie de “arcano do inteiramente outro” – só para lembrarmos de Olgária Matos –; Patos de Minas foi, *literalmente*, dividida em duas partes.

Porém, a percepção de que a paisagem urbana central de Patos de Minas é *dupla*, passa ao largo dos trabalhos que direta ou indiretamente fizeram referência a ela. Apoiando-se na leitura apresentada por Roberto Carlos dos Santos (2002), historiadores iniciáticos como Leonardo Latini Batista (2009) ou historiadores da Educação, como Rosicléia Ap. Lopes de Faria (2007), tomam indistintamente *a cidade de Patos* como um “lócus” privilegiado de “modernidade”. Dito de outra forma: *a parte é tida como o todo*, pois se concluiu *precipitadamente* que a modernização do lado *sul* de Patos de Minas foi um fenômeno que perpassou toda a cidade que existia em princípios do século XX.

A leitura da urbanização de Patos como um fenômeno homogêneo é um equívoco que requer uma correção urgente. Em nome de uma história “a contrapelo” ou “vista de baixo”, esta leitura simplesmente *referenda* a historiografia que critica e permanece soterrando os conflitos sociais que marcaram a constituição da paisagem urbana de Patos de Minas.

No caso dos historiadores de ofício, tanto Santos, quanto Latini Batista *se recusam* a trazer à luz os conflitos *reais* que deram o tom à história e à pertença cultural dos patenses. Conflitos, aliás, que foram impressos *sobretudo* na memória urbana da cidade.

Estranhamente, Santos *reconhece* os conflitos, mas prefere uma história muda. Ao denunciar a “memória oficial”, Roberto Carlos dos Santos, o primeiro historiador a atender para a importância de se discutir a urbanização de Patos, *silencia todas as memórias*:

O tecido urbano é disciplinarizado e mantido sob vigilância para servir plenamente aos interesses dominantes. A máquina pública, com todas as suas repartições, ficam a serviço dos “coronéis”. Instala-se o mito de homens predestinados, cuja vocação é a vida pública e os negócios lucrativos. Assim, propaga-se a responsabilidade pelo surto do progresso (...) O processo de urbanização caminha no sentido de manutenção das benesses oriundas do poder político, bem como dos privilégios econômicos que a cidade cria. Os discursos hegemônicos veiculam mensagens identificando as elites como responsáveis pela edificação da cidade progressista. As preferências arquitetônicas que merecem consideração são aquelas que não estão ao alcance das classes subalternas. Além disso, tais gostos incorporam o desejo de valorização imobiliária das áreas ocupadas pelas elites, bem como impedem o contato e, possivelmente, um enfrentamento entre classes sociais antagônicas. (SANTOS, 2002, p.71). [sic]

Concordando com Jadir Peçanha Rostoldo (2008) lembramos que a análise do processo histórico da construção do espaço urbano de uma cidade deve incluir obrigatoriamente, uma interpretação da sociedade que a habita e constrói, sob o risco de se conhecer a obra e não seus produtores. Por isso, “descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização no Brasil implica, na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza da sua própria sociedade”. (Deák, 2004, p.16, *apud* ROSTOLDO, 2008).

É por esse motivo que discordamos da leitura de Santos e defendemos a necessidade de conhecer os *sujeitos* que levaram a termo o processo de urbanização da cidade de Patos.

Nesse sentido, entendemos que a compreensão do processo de urbanização das cidades do interior em fins do século XIX, inclusive as do interior de Minas Gerais como Patos, impõe reconhecer que a “classe dominante” ou o seu sinônimo corrente, “as elites”, não é monolítica. Sem a devida referência e o devido entendimento da posição dos clãs familiares e dos conflitos que os opuseram no cenário urbano que ia se constituindo, não compreendemos a sociedade histórica que gerou a paisagem urbana, influenciando e sendo influenciada por ela.

Como, por exemplo, não atentar para a influência dos Prado e dos Junqueira em praticamente toda região do nordeste paulista? Como deixar de notar a ingerência dos Faleiros e dos Jacintho em Franca, e dos Arruda Botelho em São Carlos e suas cercanias? Da mesma forma, como é possível não reconhecer a primazia dos Sampaio Vidal em Araraquara, dos Penteado no entorno de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, dos Figueiredo e dos Pereira Barreto em Mococa e nas bandas mineiras adjacentes, entre outras famílias? (...) O estudo dessas famílias é fundamental, dada a formação social brasileira, calcada no mandonismo, condição acentuada de modo especial, graças à estrutura burocrático-administrativa erigida durante a República Velha. (DOIN, et.al. 2007).

A história da construção da paisagem urbana da cidade de Patos está marcada por um conflito social sangrento, dado *entre* duas famílias pertencentes à elite política local: os *católicos e monarquistas* Borges e os *protestantes e republicanos* Dias Maciel, chamados popularmente de “Maciéis”.

As marcas dos Borges e seus parentes, os Caixeta e os Queiroz, permanecem intactas no núcleo urbano original da cidade. Os logradouros e prédios relembram a existência desses personagens, num desafio constante ao esquecimento. Ali estão a casa do Doutor João Borges, a rua e a casa de Deiró Borges, a rua do Tenente Bino, o Beco da Zélia, a Praça da Dona Genoveva, a Rua do Alfredo Borges, a Praça Chiquinho Caixeta, a Rua Dr. José Olímpio Borges, a Praça Dom Eduardo. E ainda a Travessa dos Queiroz onde se mantém de pé a casa do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz, palco de criação do partido de oposição oficial aos “Maciéis”.

(...) na década de 1920 o imóvel já pertencia ao [...] Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz. Em 5 de outubro de 1924, os documentos registram que a casa do Capitão foi o palco escolhido para *a oficialização da ruptura e do embate político direto* com a poderosa família Dias Maciel, ou simplesmente os “Maciéis”. Para fazer frente aos Maciéis, reuniram-se na residência de Virgílio Caixeta representantes das famílias “Borges, Caixeta e Queiroz”, para fundar o “PPPP”: Partido Político Popular de Patos. O partido teve vida curta e nenhuma expressão na câmara municipal, embora tenha feito um vereador: Deiró Eunápio Borges, seu idealizador e também presidente. Em 1936 Deiró foi eleito vereador dentro da *legenda integralista “Por Deus e pela Pátria”*. (BORGES & SILVA, 2009, p.2).[Grifos nossos]

Do outro lado da Catedral, ligadas à modernização e à reordenação urbana da cidade, estão as *marcas* dos “Maciéis”, seus compadres e parentes:<sup>1</sup> Escola Estadual Antônio Dias Maciel (Escola Normal), Rua Olegário Maciel, Casa de Olegário Maciel, Casa do Dr. Itagyba (Ferreira da Silva), Rua Farnese Maciel, Palacete de Amadeu Maciel, Rua Major Gote (apelido de Sesóstres Dias Maciel), Hospital Regional Antônio Dias Maciel, Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, Coreto Arthur Thomaz de Magalhães, Rua José de Santana, Escola Estadual Marcolino de Barros, Praça Antônio Dias, Rua Major Jerônimo [Dias Maciel], Praça Santana...

A documentação existente no Museu da Cidade de Patos de Minas, o MuP, demonstra que a reordenação de Patos \_ do núcleo original, ao norte, rumo ao vetor sul, na direção da *Chapada* e das *terras da Igreja*<sup>2</sup>, \_ se deu a partir de 1883, através de Olegário Dias Maciel, então Agente do Executivo.

---

<sup>1</sup> Cerraram fileiras em torno dos Dias Maciel, as famílias: Santana, Pacheco, Barros, Magalhães e Ferreira da Silva. Dentre estes eram genros do patriarca dos Maciéis, o Coronel Antônio Dias - e, por isso, cunhados de Olegário Maciel: o Coronel Arthur Thomaz de Magalhães (vereador e responsável pela construção do coreto, do jardim público e do cinema); Marcolino de Barros (advogado, agente do executivo, responsável por conduzir o processo de canalização da água e eletrificação da cidade); Noé Ferreira da Silva (dentista e vereador). Eram parentes por afinidade: Itagyba Augusto da Silva (irmão de Noé; advogado, responsável pela primeira linha telefônica) e José de Santana (cunhado de Noé e Itagyba; compadre de Olegário pelo batismo de duas filhas; responsável pela sessão e posterior venda à municipalidade, de terrenos da sua fazenda, nos limites do patrimônio doado pelo casal Silva Guerra – ver nota 2). Os demais possuíam afinidade através dos laços de compadrio firmados nos batismos dos filhos.

<sup>2</sup> Data de 1826 a doação de uma sorte de terras, *parte da Fazenda Os Patos*, feita pelo casal Antônio Joaquim da Silva Guerra e Luzia Corrêa de Andrade *ao glorioso Santo Antônio para cômodo dos povos*.

A.Comissão de obras.nº 4. Indico que a Camara Municipal pela Comissão de Obras organize um plano para aumento da povoação desta Villa pelos lados da chapada, e proponha com urgência as medidas que julgar necessárias tomar para a execução do referido plano. S.das sessões, 18 de Abril de 1883. Olegário. (sic).<sup>3</sup>

A “indicação” de Olegário Maciel foi rigorosamente acatada, conforme demonstram Borges e Silva:

Seguiu-se a risca o “Plano Diretor” indicado por Olegário Maciel. Não por acaso, o vereador Eduardo Ferreira de Noronha em 21 de setembro de 1906 indica que: (...) a Câmara nomeie os doutores **Olegário Maciel**, **Eufrásio José Rodrigues** e **Antônio Nogueira de Almeida Coelho** para que, com seu patriotismo, auxiliem a Câmara a estudar o local mais conveniente em que se deve construir o matadouro e respectivo curral, oferecendo seu parecer. Hoje, distanciados no tempo, sabemos que a “Chapada” paulatinamente abrigou, além do Matadouro Municipal, a Casa do Coronel Farnese Dias Maciel, a Casa de Amadeu Dias Maciel, a Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, o Passeio Público, a fonte luminosa, o Coreto, o Cinema, o Paço Municipal, o Hospital Antônio Dias Maciel, o Grupo Escolar, o Fórum (...) *Pari Passu*, também foram transladados outros elementos que se localizavam na direção para a qual a cidade ia se deslocando: a mudança do cemitério e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (freqüentada pelos negros) também se constituiu como marco simbólico da nova ordenação urbana planeada por Olegário Maciel.(BORGES & SILVA, 2009, p.13).

Olegário Dias Maciel era o filho mais velho do Coronel Antônio Dias Maciel<sup>4</sup>, o grande chefe patense do Partido Liberal. Como primogênito já possuía o destino de ser

---

<sup>3</sup> CORRESPONDÊNCIA Interna. Câmara da Vila de Santo Antônio de Patos. 18/04/1883. MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas: Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Caixa 089.1. Documento Digitalizado: Mar/2006.

<sup>4</sup> Os fundadores da Família Dias Maciel foram os irmãos Antônio e Jerônimo, oriundos de Bom Despacho do Picão, distrito de Pitanguy. Entre 1868 e 1880, o Coronel Antônio Dias Maciel dividiu com seu irmão, o Major Jerônimo Dias Maciel, a gerência política do então *Arraial de Santo Antônio dos Patos*, após o qual assumiu a segunda geração da família. Dos filhos do Coronel Antônio Dias se destacou no cenário político: Olegário, o mais velho, fez carreira dentro do PRM chegando à Presidência de Minas Gerais no pleito de 1929; teve papel importante na condução de Getúlio Vargas ao poder, garantindo o apoio das tropas e de recursos de Minas. No palco local, exerceram funções

o herdeiro político do pai. Em conformidade com a realidade cultural do período, tornou-se “doutor”, mas não bacharel em Direito, como era comum na época. Formou-se **Engenheiro Civil** em 1878 pela Escola Polytécnica do Rio de Janeiro (um dos berços do movimento republicano, lançado oficialmente em 1870), e formadora de outros engenheiros famosos como *Pereira Passos*, que empreendeu as reformas do Rio de Janeiro e um dos contemporâneos de Olegário, *Aarão Reis*, que projetou Belo Horizonte.

Diante desses dados compreende-se a homenagem *pós-mortem* feita a Olegário Maciel na paisagem urbana que ele mesmo projetou: “Plantado” no meio da quadra central da Avenida Getúlio Vargas, encontra-se um busto que o representa, posicionado de frente o *sul*, mirando a chapada.

Entrementes, dada a posição em que foi colocado, o busto também se encontra de *costas* para a *Catedral de Santo Antônio* e para o núcleo original de povoamento, onde residiam os *Borges*.

A documentação indica que até 1889, Borges e Maciéis conviviam. Embora os segundos não fossem freqüentadores assíduos da igreja, sabemos que a conversão ao protestantismo dar-se-á apenas no princípio do século XX, por membros da segunda e terceira geração da família. No atual estágio das pesquisas, não podemos afirmar com certeza qual foi o motivo que levou à ruptura entre as famílias. Tudo indica, porém, que a contenda se iniciou por conta da República, conforme demonstra a ata da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 1889, apresentada por Antônio de Oliveira Mello:

O vereador Sesóstres Dias Maciel, em 9 de dezembro de 1889, já proclamada a República no Brasil, apresentou a seguinte iniciação: “Indico que esta Câmara faça a sua adesão ao Governo hoje estabelecido conforme a redação que foi aprovada.” Posta em discussão e votos, foi aprovada ***contra o voto do vereador Olímpio Borges que, na sessão de 12 de dezembro, se declara contrário à República*** e exonera-se da Comissão de Redação, recebendo voto de louvor pelos serviços prestados. (MELLO, et. alli.: 2006, p.125.).[sic. Grifos nossos]

---

públicas: o Major Gote (Sesóstres) e Amadeu Maciel. O quinto filho, o Coronel Farnese, manteve-se dentro da cena política sem exercer cargos públicos. Garantia a eleição de seus irmãos através dos cabrestos e da coação. Dos filhos do Coronel Farnese: Antônio Dias Maciel (advogado), Adélio (médico) e Zama (professor), tiveram cargos públicos. Dos filhos do Major Jerônimo apenas Jacques Dias Maciel esteve próximo das esferas de poder, sendo secretário de Olegário no governo de Minas e presidente do Instituto Mineiro do Café. Com relação às patentes que distinguiam os Maciéis, estas eram derivadas de seu pertencimento à Guarda Nacional.

O vereador monarquista descrito acima era o primogênito do Capitão José Antônio Borges, o “Major Olympio Borges”<sup>5</sup>.

Embora a opção monarquista dos Borges à revelia da opção republicana dos Maciéis tenha dado o colorido inicial ao conflito, a conversão ao protestantismo de Antônio Dias Maciel (1898 – 1964) neto do Coronel Antônio Dias, pode ter sido a “gota d’água” para uma oposição explícita dos *católicos* Borges ao clã situacionista Maciel.

Advogado, juiz de direito, professor e pregador protestante, Antônio Dias Maciel é reconhecido como um dos fundadores do templo destinado à Igreja Presbiteriana em Patos de Minas. Foi também através dele que se criou na cidade uma escola de cunho evangélico, o Instituto Sul Americano. O Instituto foi a raiz da “Escola Normal”, idealizada por seu tio Olegário, então presidente do Estado, acusado de protestante no pleito de 1930 pelas Legiões Católicas fiéis a Melo Viana.

Assim, o conflito entre Borges e Maciéis pode ser entendido não apenas como um conflito que opunha orientações políticas e partidárias diferentes. Ele nasceu tanto da diferença política quanto da diferença religiosa.

Como exemplo, destacamos um trecho da intensa correspondência do então Cônego Fleury ao Bispo de Uberaba, fazendo referência à Escola Normal:

A tal escola “anormal”, Snr. Bispo, é uma lástima lastimável e digna de toda lástima. O seu diretor [Antônio Dias Maciel], servindo-se de seu cargo, num prédio magestoso do governo, pago pelo governo, num estado e numa cidade catholica como Minas e Patos, auxiliado por alguns elementos, que só visam o ganho, vai distilando perfidamente o veneno da heresia nos corações das mocinhas que elle tem conseguido arrebatat. Já são diversas moças que elle maldosamente, tem arrastado para o “seu” protestantismo. Isto, que eu acho absurdo e uma injustiça clamorosa, num meio catholico como o de Patos, o governo manter na directoria de uma escola normal um fanático adversário das nossas crenças, que se serve do cargo para propaganda anticatholica e até política. (sic). [CÚRIA DIOCESANA DE PATOS DE MINAS: 1936]

---

<sup>5</sup> A família Borges era imensa, mesmo para os padrões de fins do século XIX. Ao todo somava 338 descendentes diretos dos seis irmãos que, migrando de Formiga, se estabeleceram no *Arraial de Santo Antônio dos Patos*. Como os Dias Maciel, os Borges também eram membros da Guarda Nacional. O Major Olympio Borges (1864 – 1924) foi inspetor de ensino entre 1885 e 1889; advogado e em 06 de abril de 1883 nomeado, por concurso, Tabelião do Primeiro Ofício, cargo que seu pai exercera. Estreou na carreira política em 1887, ainda no Império, como vereador da *Vila de Santo Antônio dos Patos*. Eleito para o período de 1887-1890 (quando pede a sua exoneração), retorna, já na República, nos pleitos de 1892, 1893 e 1901.

Em 2004, a Avenida Getúlio Vargas recebeu mais um indicativo simbólico da disputa entre as famílias: a Prefeitura de Patos de Minas postou (consciente ou inconscientemente) *de costas para o busto de Olegário* o busto que homenageia o Monsenhor Fleury.

O conflito entre “Borges e Maciéis” estendeu-se até a década de 1950, submerso nas legendas do PSD (Borges) e UDN (Maciéis). Diante do exposto podemos afirmar que de fins do século XIX até a metade da década de 1950, a cidade e seus sujeitos foram *culturalmente* “separados” através da sua afinidade com um ou outro grupo.

Acreditamos que decorre da memória dessa experiência a compulsão “classificatória” da população de Patos de Minas. As pessoas são apreendidas *sempre* através de padrões duplos de classificação: *os de Patos* e *os de fora*; *os patenses* (nascidos em Patos) e *os paturebas* (o migrante que fixa residência em Patos). Igualmente, os indivíduos possuem uma ou outra afinidade “política”: PSD ou UDN, os Borges (“os popular”, como dizem os mais velhos) ou os Maciéis.

Por isso, diante da pergunta fatídica: *de qual família você é?*, o interlocutor, desconhecendo o passado da cidade, acredita precipitadamente que a pergunta requer como resposta exclusivamente o seu sobrenome.

Em seu trabalho iniciático, Batista também se equivoca:

Recém chegado a esta cidade, pude perceber as hierarquizações sociais presentes nesta, sobre o signo dos nomes de família e o preconceito contra esferas menos favorecidas desta sociedade. Sendo, ao mesmo tempo, um elemento estranho e um observador desta cidade, pude perceber que esta era (e ainda é!) muito conservadora... (sic.) [ BATISTA: 2009, p. 11).

Em Patos de Minas a pergunta é, muito mais, uma aferição da *pertença cultural* dos indivíduos. “De qual família” significa *de qual dos lados!*

Frente ao que foi dito, ao longo desta Justificativa, entendemos que ampliar os estudos sobre a cidade de Patos de Minas significa, em primeiro lugar, ampliar a compreensão da sua própria história. Já indicamos páginas atrás que os silêncios deliberados acerca dos sujeitos das “classes dominantes” locais, não contribuem em nada para a criticidade do discurso histórico. Muito pelo contrário. À memória oficial que se pretende destruir, se devolve memória nenhuma.

É importante reconhecer que dentro da mirrada produção historiográfica sobre a cidade, não há pesquisas sobre as “classes subalternas”. E o que existe sobre as “classes dominantes” são as informações seccionadas dos memorialistas locais. Visto desta forma, a insistência em oferecer uma interpretação histórica que não contempla os *sujeitos históricos* retroalimenta uma historiografia descarnada, conservadora e determinista.

Por outro lado, quando nos reportamos ao fenômeno de urbanização que teve lugar a partir de fins do século XIX, sabemos de cor o evangelho de Haussman e o projeto civilizador aplicado nos grandes centros do Brasil. Distanciando o olhar, também conseguimos apontar a série de intervenções urbanas que mudaram a face de dezenas de outras cidades, especialmente aquelas no caso de Minas e São Paulo que, diferente de Patos, foram tocadas pelos trilhos das estradas de ferro, condutores do café.

Porém, as cidades são mais que projetos. E os projetos, implantados, envolvem *diretamente* os indivíduos, sujeitos históricos, homens e mulheres que participaram e viveram na paisagem urbana que ia sendo modificada, transformando e sendo transformados por ela.

Esse movimento, tão dialógico quanto dialético, dá-se no âmbito específico de uma experiência social genuinamente humana: a *cultura*.

Ora, a ciência - mãe do conceito de cultura, a Antropologia, já nos ensinou que *cultura* é toda a produção material e simbólica que confere identidade aos grupos humanos, permitindo aos indivíduos o senso de pertença à coletividade. É desta maneira, pois, que devemos pensar a paisagem urbana e sua construção histórica. Ela é *culturalmente* construída, pois expressa a identidade social dos indivíduos. Isso não significa, é óbvio, que por expressar a identidade dos sujeitos, a cultura é “plácida” e harmônica. Muito pelo contrário. O espaço imaginário no qual a cultura oferece a pertença é construído mediante o embate de múltiplos interesses. “O quê” e “como” o grupo será; como se “dará a ler”, ou seja, como se fará representar; através de quais instrumentos (intelectuais, míticos, materiais...) reconhecerá os *seus membros*, resultam de profundos e dramáticos embates de interesses.

Assim, compreender o processo através do qual se construiu material e simbolicamente a paisagem urbana de Patos implica, por suposto, compreender em

qualquer tempo, a *construção cultural* daquela paisagem, localizada, em nossa pesquisa, entre 1870 e 1933.

Obviamente, a configuração urbana erguida na cidade de Patos no período acima, certamente é parecida com dezenas de outras configurações espalhadas por Minas Gerais e pelo Brasil afora. Entretanto, a urdidura histórica que deu origem a aquela paisagem; ou, como dissemos, no início, a urdidura sócio-cultural que originou os lugares citadinos e a “memória urbana” que se depreende deles é *única*.

Por isso mesmo Patos de Minas é representativa das *diferentes experiências* culturais de urbanização que tiveram lugar no interior de Minas Gerais, entre a propaganda e a consolidação do regime republicano.

Compreender essas diferenças nos ajudará, com certeza, a entender melhor as nossas semelhanças.